

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO****DATA-BASE: 1º DE AGOSTO DE 2006****VALIDADE: ATÉ 31 DE JULHO DE 2007****ÍNDICE DAS CLÁUSULAS NEGOCIADAS**

Nº	CLÁUSULA
61	ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE
35	ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO
7	ADIANTAMENTO SALARIAL (VALE)
11	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE
40	ADICIONAL NOTURNO
47	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
19	ADMISSÃO DE TRABALHADORAS
24	ÁGUA POTÁVEL
27	ALTERAÇÃO NA POLÍTICA SALARIAL
48	ASSISTÊNCIA MÉDICA
62	ASSISTÊNCIA SINDICAL
49	ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS
45	AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS
64	AUXÍLIO CRECHE
50	AUXÍLIO FUNERAL
65	AUXÍLIO POR FILHO EXCEPCIONAL
60	AVISO PRÉVIO
32	BANCO DE HORAS
13	CAIXA DE MEDICAMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS
38	CARTA AVISO DE DISPENSA
21	CARTA DE REFERÊNCIA
53	CESTA BÁSICA
54	CESTA BÁSICA FAMILIAR
10	COMPENSAÇÃO DE JORNADA
5	COMPENSAÇÕES
51	COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO
8	COMPROVANTES DE PAGAMENTO
39	CONCESSÕES
14	CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS COM MOLÉSTIA PROFISSIONAL
69	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS
70	CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL / RETRIBUTIVA

2	CORREÇÃO SALARIAL
1	DATA-BASE
36	DESJEJUM
22	DIAS PONTES
18	DISTRIBUIÇÃO DA CESTA BÁSICA
74	DO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO
31	ELEIÇÕES SINDICAIS
55	EMPREGADA GESTANTE
4	EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE
57	ESTABILIDADE AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR
30	EXTRATO DO FGTS
23	FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS
42	FORMA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS
29	FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's)
67	GARANTIA DE EMPREGO AO ENFERMO
58	GARANTIA DE EMPREGO OU DE INDENIZAÇÃO AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA
34	GARANTIAS AO EMPREGADO ACIDENTADO
37	GREVE NOS TRANSPORTES
33	HORAS EXTRAS
59	INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA
9	INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS
44	INTERRUPÇÃO DO TRABALHO
73	JUÍZO COMPETENTE
56	MÃE ADOTANTE
46	MARCAÇÃO DE CARTÃO DE PONTO NO HORÁRIO DAS REFEIÇÕES
63	MULTA
12	PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS
6	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS
28	PERÍODO EXPERIMENTAL
71	POSSIBILIDADE DE NOVAS FILIAÇÕES AOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES
52	PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL
15	PREVENÇÃO DE ACIDENTES - INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES POR OCASIÃO DA ADMISSÃO
72	PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO
26	QUADRO DE AVISOS
68	RECOMENDAÇÃO ÀS EMPRESAS PRESTADORAS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA
17	REFEITÓRIO
66	SALÁRIO ADMISSIOAL
41	SALÁRIO AO SUBSTITUTO

20	SALÁRIO DA MULHER
3	SALÁRIO NORMATIVO
25	SANITÁRIOS
16	TREINAMENTO SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES
43	VALE TRANSPORTE
75	VIGÊNCIA

**CATEGORIA PATRONAL**

**SINDIPEDRAS – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PRESIDENTE:** TASSO DE TOLEDO PINHEIRO

**CATEGORIA DOS TRABALHADORES**

**1- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PRESIDENTE:** Aparecido José da Silva

**BASE TERRITORIAL EM:** As bases territoriais não contempladas nos sindicatos dos trabalhadores pertencem à Federação.

**2- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE MÁRMORES, CALCÁREOS, PEDREIRAS DE SÃO PAULO**

**PRESIDENTE:** Paulo Tadeu de Souza

**BASE TERRITORIAL EM:** São Paulo, Embu, Embu-Guaçu, Cotia, Mairiporã e Itapeverica da Serra

**3- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE BENEFICIAMENTO DE CAMPINAS**

**PRESIDENTE:** Osvaldo de Souza

**BASE TERRITORIAL EM:** Campinas, Valinhos, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Piracicaba, Araras, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira e Descalvado.

**4- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DA MÁRMORES, CALCÁREOS, E PEDREIRAS E DE AREIAS E BARREIRAS, DE MAUÁ E RIBEIRÃO PIRES**

**PRESIDENTE:** José dos Santos

**BASE TERRITORIAL EM:** Ribeirão Pires, Mauá, Guararema, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Suzano.

**5- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE RANCHARIA**

**PRESIDENTE:** Aparecido José da Silva

**BASE TERRITORIAL EM:** Rancharia, Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Mirante do Paranapanema, Presidente Prudente, Piraposingho, Regente Feijó, Martinópolis, Paraguaçu Paulista, Assis, Ourinhos, Marília, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina, Pacaembú, Tupã, Irapuru.

**6- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E SIMILARES DE ITAPEVA E REGIÃO**

**PRESIDENTE:** Luiz Roberto de Carvalho

**BASE TERRITORIAL EM:** Itapeva, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu, Apiaí, Araçáiba, Ribeirão Branco, Guapiara, Ribeirão Grande, Capão Bonito, Buri, Taquarivaí, Nova



SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campina, Itararé, Itaberá, Itaporanga, Barão de Antonina, Coronel Macedo, Taquarituba, Taguaí e Bom Sucesso do Itararé.

#### **7- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO**

**PRESIDENTE:** Jarbas Rogério Cafolla

**BASE TERRITORIAL EM:** Adolfo, Altair, Altinópolis, Américo Brasiliense, Aramina, Ariranha, Bady Bassit, Bálsamo, Barra Bonita, Barretos, Barrinha, Batatais, Bebedouro, Brodósqui, Borborema, Buritizal, Cajobi, Cajuru, Cândido Rodrigues, Cássias dos Coqueiros, Catanduva, Catiguá, Cedral, Colina, Colômbia, Cravinhos, Cristais Paulista, Dobrada, Dumont, Embaúba, Fernando Prestes, Franca, Gavião Peixoto, Guaira, Guará, Guaraci, Guariba, Guataparã, Ibaté, Ibirá, Ibitinga, Icém, Igarapava, Ipuã, Irapuã, Itajobi, Itápolis, Itirapuã, Ituverava, Jaborandi, Jaboticabal, Jaci, Jardinópolis, Jeriquara, José Bonifácio, Luis Antônio, Matão, Mendonça, Miguelópolis, Mirassol, Mirassolândia, Mococa, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Motuca, Neves Paulista, Nova Aliança, Nova Eurora, Nova Granada, Novo Horizonte, Nuporanga, Olímpia, Onda Verde, Orlândia, Palestina, Palmares Paulista, Paraíso, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Pirangi, Pitangueiras, Pindorama, Pontal, Potirendaba, Pradópolis, Restinga, Ribeirão Corrente, Ribeirão Preto, Rifaina, Rincão, Sales Oliveira, Santa Adélia, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista, São José do Rio Preto, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Tabapuã, Tabatinga, Taquaritinga, Terra Roxa, Uchoa, Urupês, Viradouro e Vista Alegre do Alto.

#### **8- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE PORTOS DE AREIAS, BARREIRAS E PEDREIRAS DE CAÇAPAVA E REGIÃO**

**PRESIDENTE:** Antônio Everaldo da Silva

**BASE TERRITORIAL EM:** com base territorial em: Caçapava, Taubaté, Caraguatatuba, Tremembé, Campos do Jordão, Jambeiro, Guaratinguetá, Lorena, Pindamonhangaba, Lagoinha, São Luiz do Paraetinga, Cruzeiro, Queluz, Areias, Cachoeira Paulista, Piquete, Lavrinhas, São José do Barreiro, Roseira, São Sebastião e Santo Antonio do Pinhal.

#### **9- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE MINÉRIOS, AREIAS, BARREIRAS E PEDREIRAS DE BARUERI E REGIÃO-SP**

**COORDENADOR DE POLÍTICA SINDICAL:** Wilson de Souza Teixeira

**BASE TERRITORIAL EM:** Barueri, Osasco, Carapicuíba, Jandira, Itapevi, Mairinque, Cajamar, São Roque, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Mailasque, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista, Sorocaba, Votorantim e Salto de Pirapora.

#### **10- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DE ARUJÁ E REGIÃO**

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO:** Reginaldo Ferreira

**BASE TERRITORIAL EM:** Arujá, Guarulhos, Santa Isabel, Itaquaquetuba, Jacareí e São José dos Campos.



SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**  
**DE 01/08/2006 A 31/07/2007**

**CLÁUSULAS**

**CLÁUSULA 1ª - DATA-BASE:** Fica mantida a data-base da categoria em 1º de agosto, para fins da presente norma coletiva.

**I - CLÁUSULAS ECONÔMICAS**

**CLÁUSULA 2ª - CORREÇÃO SALARIAL:** Os salários fixados na presente Convenção Coletiva e demais vantagens pessoais serão corrigidos pela aplicação do índice de 6,0% (seis por cento) sobre os salários vigentes em 1º de fevereiro de 2006, para aplicação de 1º de agosto de 2006 até 31 de julho de 2007, sendo descontadas as antecipações concedidas durante a vigência da Convenção Coletiva anterior.

**CLÁUSULA 3ª - SALÁRIO NORMATIVO:**

I - Fixação do Salário Normativo, a partir de 1º de agosto de 2006;

- a) Para as Pedreiras de Brita, no valor de R\$561,00 (quinhentos e sessenta e um reais), equivalentes a R\$2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos) por hora;
- b) Para o cargo de operadores de britagem e de rebritagem, no valor de R\$671,00 (seiscentos e setenta e um reais), equivalente a R\$3,05 (três reais e cinco centavos) por hora;
- c) Para os trabalhadores que prestam serviços em Pedreiras de Paralelepípedos e de outros materiais extraídos manualmente, o Salário Normativo, a partir de 1º de agosto de 2.006 passa a ser de R\$657,80 (seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos), equivalente a R\$2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) por hora;
- d) Sempre assegurado o salário normativo, o trabalhador que lida com paralelepípedos receberá por milheiro no próprio mês R\$387,72 (trezentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos). Desse modo, se produzir dois mil paralelepípedos no mês, perceberá R\$775,43 (setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos), e assim sucessivamente;

**CLÁUSULA 4ª - EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE:** Aos empregados admitidos após a data-base, fica assegurado igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais, excluídos os cargos de confiança.

**CLÁUSULA 5ª - COMPENSAÇÕES:** Não serão compensados os aumentos de promoção, mérito, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, término de aprendizagem e aumento real.

**CLÁUSULA 6ª – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS:** As empresas poderão até 30 de dezembro de 2.006 negociar com uma Comissão de Trabalhadores e assistência dos respectivos Sindicatos dos Trabalhadores, condições próprias de Participação nos Lucros/Resultados, ou opcionalmente adotar as condições negociadas que foram as seguintes: pagamento de uma parcela no valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser pago em 20 de janeiro de 2007 e uma segunda parcela no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a ser paga em 20 de julho de 2007. De cada uma destas parcelas será descontada a importância de R\$16,00 (dezesseis reais) de cada empregado, para recolhimento nos dias 05 de fevereiro de 2007 e 05 de agosto de 2007, através de depósito bancário ou guias próprias conforme orientação que será fornecida oportunamente por cada um dos Sindicatos dos Trabalhadores. Os recolhimentos para os Sindicatos dos Trabalhadores serão rateados na mesma proporção dos efetivos pagamentos efetuados aos empregados (de 1/12 por mês trabalhado). Cada empresa recolherá ao respectivo sindicato dos trabalhadores duas parcelas no valor de R\$10,00 (dez reais) nos dias 10 de fevereiro de 2007 e 10 de agosto de 2007, como contribuição negocial referente à PLR, não descontável dos trabalhadores.

OBSERVAÇÃO: A participação nos lucros e resultados não terá natureza salarial, não se incorporando aos salários, nem refletindo em quaisquer outras verbas.

## **II - CLÁUSULAS PRÉ-EXISTENTES**

**CLÁUSULA 7ª - ADIANTAMENTO SALARIAL (VALE):** As empresas concederão aos seus empregados, até 15 (quinze) dias antes da data limite para pagamento de salários, definida por lei, adiantamento de salário (vale), que represente 40% (quarenta por cento) do respectivo salário de cada empregado, quando já tenha trabalhado no correspondente período.

**CLÁUSULA 8ª - COMPROVANTES DE PAGAMENTO:** As empresas, obrigatoriamente, fornecerão aos seus empregados, comprovantes de pagamento, com identificação da empresa, e discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, com a identificação do empregado e recolhimentos do FGTS.

**CLÁUSULA 9ª - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS:** Integração das horas extras, calculadas pelo número médio e maior valor, na remuneração, para efeito de pagamento dos repousos, férias, 13º salário, aviso prévio, depósitos de FGTS e contribuições previdenciárias.

**CLÁUSULA 10 - COMPENSAÇÃO DE JORNADA:** As empresas que optarem pela compensação de jornada de trabalho deverão procurar as respectivas entidades sindicais de trabalhadores, para formalização do acordo, sendo que os Sindicatos dos Trabalhadores providenciarão o protocolo das compensações junto a DRT dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento dos documentos.

**CLÁUSULA 11 - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE:** As empresas respeitarão as seguintes condições sobre Periculosidade e Insalubridade:

**I** - Aos empregados que exercem suas funções no desmonte da rocha, serão pagos os seguintes adicionais:

- a) **Periculosidade** (30% do salário): ao cabo de fogo;
- b) **Periculosidade** (30% do salário): ao eletricista, com atendimento das exigências legais;
- c) **Insalubridade grau médio** (20% do salário mínimo): aos marleteiros e serventes de rocha e
- d) **Insalubridade grau mínimo** (10% do salário mínimo): aos operadores de pás-carregadeiras, de caminhões fora-de-estrada, engenheiros de minas e técnicos de mineração.

**II** - Aos empregados que exercem suas funções na britagem, será devido um adicional de:

**Insalubridade grau médio** (20% do salário mínimo): aos operadores e serventes.

**III** - As empresas que possuírem ou vierem a possuir equipamento de controle de poluição (material particulado) não deverão o adicional previsto na cláusula Segunda.

**IV** - Este acordo não exclui a obrigatoriedade do fornecimento dos equipamentos de proteção individual adequados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para as empresas que possuam Laudo Ambiental serão aceitas as condições nele estabelecidas quanto à periculosidade e insalubridade.

**CLÁUSULA 12 - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS:** As rescisões dos contratos de trabalho deverão ser feitas no prazo de 10 (dez) dias, quando o aviso prévio for indenizado ou de 01 (um) dia, se trabalhado. Pelo descumprimento, além da multa prevista em Lei, a empresa pagará multa de uma diária do salário por dia enquanto perdurar a mora.





SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO DE PEDRA BRITADA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CLÁUSULA 13 – CAIXA DE MEDICAMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS:** As empresas manterão em local apropriado e de fácil acesso, caixa de primeiros socorros, a qual deverá conter medicamentos básicos para esse fim.

**CLÁUSULA 14 - CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS COM MOLÉSTIA PROFISSIONAL:** As empresas que contratarem empregados com moléstia profissional, ou deficiência física ficarão isentas de pagamento de qualquer tipo de indenização relativa a esta situação, desde que fique devidamente comprovada na sua admissão, ficando sob a responsabilidade do empregador o protocolo dos devidos documentos comprobatórios junto às entidades sindicais representantes dos trabalhadores.

**CLÁUSULA 15 - PREVENÇÃO DE ACIDENTES - INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES POR OCASIÃO DA ADMISSÃO:** As empresas, por ocasião da admissão de seus empregados, obrigam-se a informar aos trabalhadores os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho, bem como os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa, inclusive sobre utilização de Equipamentos Individuais de Proteção (EPI's), porventura necessários aos trabalhadores a serem executados.

**CLÁUSULA 16 - TREINAMENTO SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES:** As empresas envidarão esforços no sentido de dar treinamento aos empregados recém admitidos, para fins de prevenção contra acidentes e uso do equipamento de proteção individual.

**CLÁUSULA 17 – REFEITÓRIO:** As empresas deverão manter local adequado, dotado de higiene e limpeza, para refeitório de seus empregados.

**CLÁUSULA 18 - DISTRIBUIÇÃO DA CESTA BÁSICA:** A cesta básica deverá ser distribuída ou paga até o dia do pagamento do adiantamento salarial.

**CLÁUSULA 19 - ADMISSÃO DE TRABALHADORAS:** Ficam vedadas quaisquer exigências discriminatórias na admissão de trabalhadoras, principalmente quanto à prova negativa de gravidez.

**CLÁUSULA 20 - SALÁRIO DA MULHER:** Fica assegurado às mulheres trabalhadoras igualdade de remuneração para trabalho de igual valor, vedando-se qualquer discriminação em virtude de sexo e de prestação, respeitando-se os direitos consagrados nos incisos I do art. 5º e, XX e XXX do art. 7º da Constituição Federal e art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**CLÁUSULA 21 - CARTA DE REFERÊNCIA:** Ocorrendo dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, as empresas fornecerão aos empregados, carta de referência.

**CLÁUSULA 22 - DIAS PONTES:** Fica facultado às empresas a liberação do trabalho em dias intercalados com feriados e fins de semana, através de compensação, anterior ou posterior, dos respectivos dias, desde que aceite a liberação e a forma de compensação, por 50% (cinquenta por cento) mais um dos empregados interessados, inclusive menores.

**CLÁUSULA 23 - FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS:**

a) - O início das férias individuais ou coletivas deverá coincidir com o primeiro dia útil da semana, excluindo-se os casos em que, por pedido expresso do próprio interessado, as férias sejam iniciadas em outro dia da semana;

b) - Não será admitida a interrupção de férias já iniciadas, por determinação do empregador.

c) - Ao empregado estudante será garantido o direito de optar por período coincidente com o período de férias escolares.

d) - Não serão computados no período de férias coletivas os dias 1º de janeiro e 25 de dezembro.

**CLÁUSULA 24 - ÁGUA POTÁVEL:** As empresas assegurarão água potável, a seus empregados.

**CLÁUSULA 25 - SANITÁRIOS:** As empresas deverão manter sanitários em condições higiênicas, separados para homens e mulheres.

**CLÁUSULA 26 - QUADRO DE AVISOS:** As empresas afixarão em seus quadros de avisos, comunicação de autoria e responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores, desde que assinados por sua diretoria e previamente aprovados pela direção da empresa.

**CLÁUSULA 27 - ALTERAÇÃO NA POLÍTICA SALARIAL:** Ocorrendo alteração na política econômica ou salarial, durante a vigência desta convenção, serão de pronto reabertas as negociações.

**CLÁUSULA 28 - PERÍODO EXPERIMENTAL:** Na hipótese de readmissão de empregado, na mesma função e mesma empresa, não será exigido contrato de experiência, salvo se na empresa tiver ocorrido mudanças nos antigos processos de fabricação.

**CLÁUSULA 29 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's):** As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), uniformes e demais peças de vestimenta, sempre que exigidas por lei ou pelo empregador.

**CLÁUSULA 30 - EXTRATO DO FGTS:** Rescindido o contrato de trabalho, a empresa fornecera ao empregado dispensado, nos 10 (dez) dias subseqüentes à dispensa, o extrato de sua conta vinculada do FGTS.

**CLÁUSULA 31 – ELEIÇÕES SINDICAIS:** No período de eleições da correspondente entidade sindical, as empresas admitirão em recinto por ela indicado, a urna itinerante acompanhada dos mesários e fiscais, liberando os empregados pelo tempo necessário ao exercício do direito do voto sindical, não sendo permitida no entanto, qualquer tipo de propaganda eleitoral no recinto da empresa.

**CLÁUSULA 32 - BANCO DE HORAS:** As empresas poderão ajustar com os seus empregados à prorrogação da jornada de trabalho, ou a sua redução, sendo o excesso de horas em um dia compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 12 (doze) meses, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias. Para as horas trabalhadas sob o regime de compensação será dispensado o acréscimo de salário e os domingos e feriados não entram no regime de compensação. As horas trabalhadas que excederem as horas normais no período de um ano, serão consideradas extraordinárias e acrescidas pelo percentual fixado na presente convenção.

Caso, ao final do mês, em razão de redução de jornadas não tenha o empregado atingido a carga horária mensal, fica assegurado ao empregado, o recebimento integral do salário, como se tivesse trabalhado a carga horária mensal.

Se, no curso do mês, o empregado por motivos particulares, necessitar ausentar-se do serviço, poderá fazê-lo desde que previamente combinado com o empregador. As horas de sua ausência serão compensadas no próprio mês com a prorrogação. Se no final do mês, em razão desta ausência voluntária e previamente consentida, não houver atingido o limite da carga horária mensal, essas horas serão debitadas no Banco de Horas, não recaiando, no entanto, sobre o desconto do descanso semanal remunerado - DSR, tampouco nas férias.

Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, tratada no "caput" desta cláusula, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na



data da rescisão. No caso de apuração de débito de horas no Banco de Horas, o empregado receberá o salário integral.

Os créditos existentes no Banco de Horas poderão ser compensados por ocasião da concessão das férias.

Mensalmente as empresas fornecerão a cada um dos seus empregados suas posições relativamente ao Banco de Horas.

### **III – MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS PRÉ-EXISTENTES**

**CLÁUSULA 33 - HORAS EXTRAS:** Poderão os empregados prorrogar jornadas, que serão sobretaxadas de 50% (cinquenta por cento) se trabalhadas de segunda-feira a sábado. Se prestadas aos domingos e feriados, serão sobretaxadas em 100% (cem por cento).

Para os empregados incluídos em escala de revezamento serão sobretaxadas em 100% (cem por cento) as horas extras trabalhadas nos dias de descanso e em 50% (cinquenta por cento) as horas extras trabalhadas nos demais dias da semana.

**CLÁUSULA 34 - GARANTIAS AO EMPREGADO ACIDENTADO:** Será garantido emprego ao empregado acidentado no trabalho, após a "alta" da Previdência Social, de acordo com a Lei.

**CLÁUSULA 35 - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO:** Adiantamento pelas empresas, de 50% (cinquenta por cento) do valor do 13º salário, até o dia 30 de novembro, ou anterior a este, quando do pagamento de férias desde que solicitado pelo empregado.

**CLÁUSULA 36 – DESJEJUM:** Fornecimento a cargo das empresas, de café da manhã (café com leite, pão com manteiga ou com margarina), que será subsidiado pelas empresas. Ficam desobrigadas de desjejum as empresas que já forneçam refeição.

**CLÁUSULA 37 - GREVE NOS TRANSPORTES:** Nos casos de greve nos transportes coletivos, os atrasos dos empregados, que dele dependam, não serão considerados como atraso ao serviço. As empresas poderão colocar, a seu critério, nestas ocasiões transporte à disposição dos empregados.

**CLÁUSULA 38 - CARTA AVISO DE DISPENSA:** A empresa entregará ao empregado carta-aviso de dispensa, sob alegação de falta grave, contendo o motivo da dispensa, sob pena de presumir-se dispensa imotivada.

**CLÁUSULA 39 – CONCESSÕES:** As empresas concederão a seus empregados, sem exigir compensação, ou desconto de qualquer natureza, a terça-feira de carnaval, e o período da tarde dos dias 24 de dezembro e 31 de dezembro. Caso haja trabalho na terça-feira de carnaval, as horas extras trabalhadas neste dia serão consideradas horas-extras normais, com 50% de acréscimo.

**CLÁUSULA 40 - ADICIONAL NOTURNO:** As horas trabalhadas no período noturno serão remuneradas com adicional de 25% (vinte e cinco por cento), para os empregados de todas as linhas da empresa.

**CLÁUSULA 41 - SALÁRIO AO SUBSTITUTO:** Em qualquer substituição interna, de um empregado por outro, que tenha caráter eventual o substituto deverá perceber o mesmo salário do substituído, enquanto perdurar essa substituição, sem considerar vantagens pessoais.

**CLÁUSULA 42 - FORMA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS:** As empresas que não efetuarem o pagamento dos salários e vales em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para o recebimento no banco ou posto bancário, dentro da jornada de trabalho, quando coincidente com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição e lanche.

**CLÁUSULA 43 - VALE TRANSPORTE:** As empresas fornecerão, vale-transporte a todos os empregados, na forma da Lei, sendo facultado o valor em dinheiro do valor correspondente, e não tendo natureza salarial.

**CLÁUSULA 44 - INTERRUÇÃO DO TRABALHO:** Na hipótese de interrupção do trabalho, enquanto este estiver sendo executado na empresa, provocada por motivo de força maior, independente da vontade do empregado, não poderá haver desconto de salários ou compensação das horas não trabalhadas pela apontada razão, desde que o empregado tenha trabalhado pelo menos 04 (quatro) horas.

**CLÁUSULA 45 - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Os empregados poderão faltar ao serviço e terão suas ausências abonadas, sem qualquer desconto salarial, inclusive repercussões nos repousos, nas férias, 13º salário, com recolhimento normal, pelas empresas das contribuições previdenciárias e efetivação dos depósitos do FGTS, nas seguintes hipóteses:

- a) por 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, companheiro (a), filho (a), irmão (a), pai e mãe;
- b) por 01 (um) dia, para internação hospitalar do cônjuge, companheiro (a), filho (a);
- c) por 03 (três) dias úteis, quando do casamento;
- d) por 05 (cinco) dias subseqüentes ao nascimento do filho(a);
- e) por 01 (um) dia em caso de falecimento de sogro (a), comprovadamente através de certidão de óbito;
- f) e nas ocasiões em que, comprovadamente, tiver de comparecer ao Serviço encarregado do Alistamento Militar.

**CLÁUSULA 46 – MARCAÇÃO DE CARTÃO DE PONTO NO HORÁRIO DAS REFEIÇÕES:** Fica facultado às empresas liberar a marcação de ponto de seus empregados nos horários das refeições.

**CLÁUSULA 47 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO:** As empresas concederão a seus empregados que recebem o piso salarial, quando completados 05 (cinco) anos de trabalho, adicional por tempo de serviço de 6% (seis por cento) , quando completados 10 (dez) anos de trabalho concederão mais 4% (quatro por cento) do valor do piso salarial vigente, quando completados 15 (quinze) anos de trabalho concederão mais 3% (três por cento) do piso salarial vigente.

**CLÁUSULA 48 - ASSISTÊNCIA MÉDICA:**

I – PARA EMPREGADOS:

À partir de 1º de agosto de 2006, as empresas manterão assistência médica hospitalar para todos os seus empregados, com desconto em folha de pagamento, mensalmente, até 6,0% (seis por cento) do salário nominal, com teto de desconto de o teto de R\$ 57,74 (cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos);

II – PARA DEPENDENTES:

Para cada um dos dependentes legais até 18 anos ou 24 anos para universitários, será acrescido aos 6% de desconto do empregado mais uma parcela sobre o valor desse desconto, considerando:

**TABELA DE DESCONTOS – TRABALHADOR + DEPENDENTES**

Para:	Desconto Adicional	Limite à partir de 01/08/2006
1 dependente	20%	69,28
2 dependentes	25 %	72,17
3 ou mais dependentes	30 %	75,06

III - As empresas poderão optar por utilizar o benefício de seguro-saúde com o fator moderador (co-participação) até o limite de 50% para o empregado, incluindo os seus dependentes, viabilizando a manutenção da sinistralidade da apólice;

IV - No caso de renúncia à Assistência Médica, por opção do empregado, sua manifestação será feita junto à respectiva entidade sindical, que comunicará à empresa o desejo do empregado em dispensar este benefício;

V - Para as empresas que mantenham este benefício em condições diferenciadas do estabelecido nesta cláusula, fica assegurada a continuidade de suas condições, desde que mais benéficas aos empregados;

VI - O benefício ora concedido não tem natureza salarial, não podendo se incorporar aos salários.

**CLÁUSULA 49 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:** As empresas reconhecerão os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos facultativos que mantenham convênio com as empresas. Reconhecerá, também, os facultativos que mantenham convênio com as entidades sindicais, desde que haja anuência prévia da empresa e, nos casos de emergência.

**CLÁUSULA 50 - AUXÍLIO FUNERAL:** No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salário, 04 (quatro) salários nominais vigentes à época do falecimento e que será pago aos seus dependentes legais. Ficam dispensadas deste pagamento as empresas que mantêm Seguro de Vida em Grupo, subsidiado com 50% (cinquenta por cento) ou mais para os seus funcionários, com cobertura igual ou superior a 06 (seis) salários nominais.

**CLÁUSULA 51 - COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO:** A título de indenização fica garantido ao empregado em gozo de auxílio doença previdenciário, a partir do 16º (décimo sexto) até o 60º (sexagésimo) dia do afastamento, uma complementação de salário em valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal, valor este sujeito aos reajustes previstos em lei, desde que o empregado faça a apresentação do recibo do INSS.

**CLÁUSULA 52 - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL:** As empresas fornecerão devidamente preenchida a RSC (Relação de Salário Contribuição) quando solicitada pelo empregado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do pedido, conforme solicitação do Órgão Previdenciário.

**CLÁUSULA 53 - CESTA BÁSICA:** As empresas de brita deverão distribuir cesta básica aos empregados que: a) – A partir de 1º de agosto de 2006, percebem salários até o valor de R\$1.583,87 (hum mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), uma cesta básica contendo 26 kg (vinte e seis quilos) de alimento, ou alternativamente, a critério do empregador, o valor de R\$71,03 (setenta e um reais e três centavos). Com as opções de substituição por “Vale Alimentação” ou “Ticket Restaurante pela qual o empregado pagará: 15% (quinze por cento) do seu valor, desde que no mês anterior não tenha faltado nenhum dia, injustificadamente; se o empregado tiver faltado 01 (um) dia, pagará mais 10% (dez por cento) do valor da cesta básica; se tiver faltado 02 (dois) dias, pagará mais 15% (quinze por cento) desse valor; se tiver faltado 03 (três) dias mais pagará 25% (vinte e cinco por cento) desse valor; se tiver faltado 04 (quatro) dias, pagará mais 40% (quarenta por cento) desse valor; se tiver faltado 05 (cinco) dias, pagará mais 60% (sessenta por cento) desse valor; se tiver faltado mais de 05 (cinco) dias, pagará 100% (cem por cento) do valor da cesta básica.

Itens da Cesta Básica:

**400 g –** ACHOCOLATADO EM PÓ

**4 kg –** AÇÚCAR REFINADO

**10 kg –** ARROZ AGULHINHA TIPO I

**200 g –** BISCOITO CREAM CRACKER

**200 g –** BISCOITO MAIZENA

**1000 g –** CAFÉ TORRADO E MOÍDO

**200 g** – ERVILHA  
**140 g** – EXTRATO DE TOMATE  
**1 kg** – FARINHA DE TRIGO  
**3 kg** – FEIJÃO CARIOCA TIPO I  
**500 g** – FUBÁ  
**85 g** – GELATINA EM PÓ  
**600 g** – GOIABADA  
**400g** – LEITE EM PÓ  
**1 kg** – MACARRÃO COM OVOS ESPAGUETE  
**1 kg** – MACARRÃO COM OVOS PARAFUSO  
**200 g** – MILHO VERDE  
**3 Lt.** – ÓLEO DE SOJA  
**135 g** – SARDINHA EM CONSERVA

**OBSERVAÇÕES:**

a) - O fornecimento de cesta básica não terá natureza salarial para todos os efeitos legais.  
b) - No caso de haver dificuldade em fornecer a cesta básica por parte das empresas, às mesmas poderão efetuar o pagamento correspondente em moeda corrente, cujo valor não terá natureza salarial, não se incorporando aos salários para fins legais.

**CLÁUSULA 54 - CESTA BÁSICA FAMILIAR:** De conformidade com o número de dependentes, os empregados poderão adquirir mais de uma cesta básica, pelo seu preço de custo integral, desde que haja anuência da empresa.

**CLÁUSULA 55 - EMPREGADA GESTANTE:** Haverá estabilidade de emprego de 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, à empregada gestante.

**CLÁUSULA 56 - MÃE ADOTANTE:** As empresas concederão licença remunerada de 30 (trinta) dias, para as empregadas que, comprovadamente, adotarem crianças na faixa etária de até 05 (cinco) anos completos.

**CLÁUSULA 57 - ESTABILIDADE AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR:** É devida a estabilidade provisória ao empregado em idade de prestação do serviço militar, desde o alistamento, até 30 (trinta) dias após o desligamento ou desengajamento, incluindo-se os que servem ao tiro-de-guerra.

**CLÁUSULA 58 - GARANTIA DE EMPREGO OU DE INDENIZAÇÃO AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA:** As empresas concederão garantia de emprego e salário aos empregados que necessitem de até 24 (vinte e quatro) meses para aquisição de aposentadoria por tempo de serviço nos termos do Artigo 52, da Lei n.º 8.213/91, desde que tenham dez (10) anos contínuos de trabalho na empresa, exceto nos casos de rescisão fundada em justa causa. Opcionalmente as empresas poderão dispensar os empregados nesta condição, indenizando-os pelo tempo restante para a aposentadoria, considerando 50% (cinquenta por cento) do valor do seu salário nominal, para cada mês correspondente a esse período.

Fica concedido ao empregado o prazo de 60 (sessenta) dias para comprovar a sua condição de pré-aposentado nos termos dessa cláusula. Nesse prazo o empregado deverá comprovar, documentalmente, seu tempo de serviço em outras empresas, caso necessite se deslocar para outras cidades o prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias. Caso no prazo total não tenha demonstrado sua condição de estar às vésperas de sua aposentadoria, não fará jus a condição prevista no caput dessa cláusula.

**CLÁUSULA 59 - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA:** Ao empregado aposentado que vier a desligar-se espontaneamente e no prazo de trinta dias contados da data do primeiro recebimento previdenciário, fica assegurado o pagamento de uma indenização equivalente a:

- a) - 02 (dois) salários nominais vigentes, na data do seu desligamento, se contar com mais de 05 (cinco) anos na mesma empresa;
- b) - 03 (três) salários nominais vigentes, na data do seu desligamento, se contar com mais de 10 (dez) anos na mesma empresa;
- c) - 04 (quatro) salários nominais vigentes, na data do seu desligamento, se contar com mais de 15 (quinze) anos na mesma empresa.

**CLÁUSULA 60 - AVISO PRÉVIO:** A empresa concederá aviso prévio especial de 60 (sessenta) dias aos trabalhadores que contem mais de 40 (quarenta) anos de idade e 8 (oito) anos de trabalho contínuo e ininterrupto na mesma empresa.

**CLÁUSULA 61 - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE:** Serão abonadas as faltas do empregado estudante para fins de exames vestibulares e supletivos, condicionadas à prévia comunicação à empresa no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação posterior.

**CLÁUSULA 62 - ASSISTÊNCIA SINDICAL:** As rescisões de contrato de trabalho cujos empregados tenham mais de 12 (doze) meses de serviço, serão efetuadas, obrigatoriamente, perante a entidade sindical profissional, sob pena de ineficácia do instrumento rescisório.

**CLÁUSULA 63 – MULTA:** Incidirá multa de 10% (dez por cento) do salário normativo por empregado e por mês, em caso de descumprimento, pelo empregador, de quaisquer das cláusulas constantes na presente Convenção que será revertida para a parte prejudicada.

**CLÁUSULA 64 – AUXÍLIO CRECHE:** As empresas onde trabalharem pelo menos 20 (vinte) empregadas com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, e que não possuam creche própria, poderão optar por celebrar o convênio previsto no parágrafo 2º do artigo 389 da CLT, ou reembolsar diretamente à empregada as despesas comprovadamente havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho (a) legítimo (a) ou legalmente adotado (a), com idade de até 06 (seis) meses, em creche credenciada, de sua livre escolha, até o limite de 30% (trinta por cento) por mês do piso salarial, conforme cláusula 3ª desta convenção. Na falta de comprovantes das despesas será pago o valor fixo de 20% (vinte por cento) do piso salarial, por mês, por filho (a) com idade de até 06 (seis) meses.

a) – O auxílio creche objetivo desta cláusula não integrará para qualquer efeito o salário da empregada.

b) – Estão excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que tiverem condições mais favoráveis.

**CLÁUSULA 65 - AUXÍLIO POR FILHO EXCEPCIONAL:** As empresas reembolsarão, aos seus empregados, mensalmente, a título de auxílio, o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário normativo vigente no mês de competência do reembolso, as despesas efetiva e comprovadamente feitas pelos mesmos com educação especializada de seu (s) filho (s) excepcional (is), assim considerado (s) os portadores de limitação psicomotora, os cegos, os surdos, os mudos e os deficientes mentais, comprovado por médico especialista e ratificado pelo médico da empresa, e na falta deste, por médico do convênio ou do INSS. Referido auxílio não integrará em hipótese alguma o salário do empregado.

**CLÁUSULA 66 – SALÁRIO ADMISSÃO:** Garantia ao empregado admitido para função de outro, dispensado sem justa causa, de igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais e ressalvados os casos de função isoladas.

## **V - OUTRAS**

**CLÁUSULA 67 – GARANTIA DE EMPREGO AO ENFERMO:** Fica garantido o emprego ou salário ao empregado que vier a ser afastado do trabalho em razão de enfermidade pelo período de 45 dias após o retorno ao trabalho, independentemente do Aviso Prévio.



**CLÁUSULA 68 – RECOMENDAÇÃO ÀS EMPRESAS PRESTADORAS DE MÃO DE OBRA**

**TERCEIRIZADA:** As empresas prestadoras de mão de obra terceirizada poderão aplicar a todos os seus empregados às mesmas condições contidas neste acordo coletivo de trabalho.

**CLÁUSULA 69 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS:** O desconto sobre os salários reajustados dos trabalhadores será de 2% (dois por cento) nos meses de setembro/2006, dezembro/2006, abril/2007 e junho/2007, para recolhimento até o 5º dia útil do mês subsequente ao desconto, através de depósito bancário ou guias próprias conforme orientação que será fornecida oportunamente pelos Sindicatos dos Trabalhadores.

**CLÁUSULA 70 - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL / RETRIBUTIVA:** As empresas abrangidas pelas condições que vierem a ser estabelecidas, recolherão a favor das entidades sindicais profissionais, por sua conta e sem desconto dos funcionários, respeitada a base territorial, a importância de R\$30,00 (trinta reais) em duas parcelas de R\$15,00 (quinze reais), multiplicada pelo número de empregados existentes na folha de pagamento da competência agosto de 2006. Os valores deverão ser recolhidos a favor das entidades beneficiadas até o dia 10 (dez) de setembro de 2006 a primeira parcela e 10 de março de 2007 a segunda parcela, através de depósito bancário ou guias próprias conforme orientação que será fornecida oportunamente pelos Sindicatos dos Trabalhadores. Referida contribuição destina-se a suprir as despesas efetuadas com o preparo das negociações e acompanhamento dos seus resultados.

**CLÁUSULA 71 – POSSIBILIDADE DE NOVAS FILIAÇÕES AOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES:** As empresas filiadas ao SINDIPEDRAS permitirão a partir de agosto de 2006 a cada 04 meses, por dois dias, a presença de um representante dos sindicatos dos trabalhadores, no horário de almoço, objetivando angariar novos filiados.

**CLÁUSULA 72 - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO:** O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo Artigo 615, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**CLÁUSULA 73 - JUÍZO COMPETENTE:** Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ou qualquer outra forma que venha a ser instituída legalmente.

**CLÁUSULA 74 - DO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO:** A Federação/Sindicato poderá promover ação de cumprimento perante a Justiça do Trabalho, em nome próprio ou dos seus representados, a fim de obter o pronunciamento judicial sobre o cumprimento das normas coletivas.

**CLÁUSULA 75 – VIGÊNCIA:** A presente Convenção vigorará por 01 (um) ano, com início em 1º de agosto de 2006 e término em 31 de julho de 2007.

São Paulo, 04 de agosto de 2006.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NOS  
LUCROS E/OU RESULTADOS – PLR  
(DE 01/AGOSTO/2006 A 31/JULHO/2007)**

**Esclarecimento:**

Tendo em conta as dificuldades que as empresas de mineração de pedra britada vêm encontrando para instituir a participação nos resultados, na forma da legislação vigente, e levando-se em conta as reiteradas edições das Medidas Provisórias que dispõem sobre o assunto, as partes ora convenientes, de comum acordo, fixam as condições que se seguem, independentemente das condições econômico financeira das empresas. Vale ressaltar, no entanto, que a preferência será para a empresa que, diretamente procurar instituir plano para tanto.

**CLÁUSULA 1ª – PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES** : Para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2.000, as empresas representadas pelo SINDIPEDRAS poderão até 30 de dezembro de 2.006 negociar com uma Comissão de Trabalhadores e assistência dos respectivos Sindicatos dos Trabalhadores, condições próprias para uma efetiva Participação nos Lucros/Resultados. Opcionalmente as empresas pagarão a todos os seus funcionários que foram admitidos até o dia 31 de julho de 2006, uma participação nos resultados, em uma parcela no valor de R\$230,00 (duzentos e trinta reais) que deverá ser paga em 20 de janeiro de 2.007 e outra parcela de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), que deverá ser paga em 20 de julho de 2007, também obedecendo os seguintes critérios, da mesma forma como previsto para primeira parcela, ou seja:

- a) Assiduidade ao trabalho;
- b) Utilização correta dos EPI's na forma e condições determinadas pela CIPA ou pela direção da empresa;
- c) Usar com racionalidade o material e instrumental da empresa, conforme regulamento interno.

**CLÁUSULA 2ª** - Para o empregado admitido no período de 01 de agosto de 2006 a 31 de julho de 2007, a participação nos lucros será proporcional à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço, valendo a fração de 15 (quinze) dias ou mais como mês, estando também sujeito às demais condições estipulados nesta Convenção Coletiva.

**CLÁUSULA 3ª** - Fica assegurado ao empregado que vier a ser dispensado no período de 01 de agosto de 2006 a 31 de julho de 2007, sem justa causa, o pagamento proporcional da participação, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês, valendo a fração igual ou superior a quinze dias como um mês. O valor a que fizer jus deverá ser pago com as verbas rescisórias.

**CLÁUSULA 4ª** - Ocorrendo falta injustificada ao serviço, a empresa descontará por falta, do valor da participação nos resultados, a quantia de R\$ 12,00 (doze reais) e sessenta e seis centavos), sem limite de faltas.

**Parágrafo Único** – Caso o empregado venha a ser advertido, expressamente, pela não utilização da E.P.I., cada advertência corresponderá a uma multa de R\$ 13,09 (treze reais e nove centavos), que também será deduzida do valor da participação como estipulado na cláusula 1ª (primeira).

**CLÁUSULA 5ª** - Por ocasião da satisfação dos valores ajustados na cláusula 1ª (primeira) desta Convenção Coletiva, desde que não tenha havido negociação da empresa com a Comissão de Trabalhadores, com condições próprias de participação nos lucros/resultados, as empresas descontarão dos valores a serem pagos para cada um dos seus trabalhadores existentes na folha de pagamento competência mês janeiro de 2006, e recolherão às entidades sindicais representativas de seus empregados, a importância de R\$16,00 (dezesesseis reais), de cada um dos empregados, devendo a soma destes valores ser recolhida junto às respectivas entidades até

o dia 05 do mês de fevereiro de 2007, através de depósito bancário, ou por guias próprias conforme orientação que será fornecida oportunamente pelos Sindicatos dos Trabalhadores. As empresas descontarão R\$16,00 (dezesesseis reais) do valor da segunda parcela, para recolhimento até o dia 05 de agosto de 2007, também através de depósito bancário ou guias próprias, conforme orientação que será fornecida oportunamente pelos Sindicatos dos Trabalhadores. Os descontos dos empregados para recolhimento aos Sindicatos dos Trabalhadores serão rateados na mesma proporção dos efetivos pagamentos efetuados aos empregados (de 1/12 por mês trabalhado).

**CLÁUSULA 6ª** - As empresas que não adotarem condições próprias de participação nos lucros/resultados com a Comissão de seus Trabalhadores e assistência de seus Sindicatos, recolherão por sua conta, sem descontar dos trabalhadores, às entidades sindicais representativas de seus empregados, a importância de R\$10,00 (dez reais) multiplicada pelo número de empregados existentes na folha de pagamento competência mês de janeiro de 2.007, devendo este valor ser recolhido às respectivas entidades até o dia 10 de fevereiro de 2.007, e novamente a importância de R\$10,00 (dez reais) multiplicada pelo número de empregados existentes na folha de pagamento competência mês de julho de 2.007, devendo este valor ser recolhido às respectivas entidades até o dia 10 de agosto de 2.007, através de depósito bancário ou guias próprias conforme orientação que será fornecida oportunamente pelos Sindicatos dos Trabalhadores. Os recolhimentos para os Sindicatos dos Trabalhadores serão rateados na mesma proporção dos efetivos pagamentos efetuados aos empregados.

**CLÁUSULA 7ª** - A participação nos lucros e resultados não terá natureza salarial, não se incorporando aos salários, nem refletindo em quaisquer outras verbas.

**CLÁUSULA 8ª** - Fica plenamente cumprida a Medida Provisória que dispõe sobre a participação nos lucros e resultados para o período de 01 de agosto de 2006 a 31 de julho de 2007. E por estarem de acordo, celebram a presente Convenção Coletiva, que vai assinada pelos representantes das entidades sindicais patronal e profissionais, devendo ser levado a arquivo e depósito junto à Delegacia Regional do Trabalho.

São Paulo, 04 de agosto de 2.006.